

*Brasília, 18 de março de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Agência Câmara

Terça-feira, 17 de março de 2026 | ABPI

**Entidades apontam pirataria como problema de saúde pública e pedem penas mais...** ..... 3

## Lauro Jardim - O Globo Online

Terça-feira, 17 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

**O atraso na solução do INPI para combater os atrasos na concessão de patentes** ..... 5

## Migalhas

Terça-feira, 17 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

**MIGALHAS nº 6.309** ..... 6

Terça-feira, 17 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

**STJ condena DF a pagar danos por violar direito autoral em apostilas** ..... 11

## MSN Notícias

Terça-feira, 17 de março de 2026 | Patentes

**A herança esquecida da ditadura é o atraso científico do Brasil** ..... 13

## Correio Braziliense - Online

Terça-feira, 17 de março de 2026 | Direitos Autorais

**Justiça determina que Band pague R\$ 78 milhões ao Ecad por músicas executadas** ..... 16

## IstoÉ Online

Terça-feira, 17 de março de 2026 | Direitos Autorais

**IA não consegue competir com criatividade em Hollywood, diz executivo** ..... 17

## Agência Senado

Terça-feira, 17 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Aprovado projeto que reduz prazos e agiliza concessão de patentes no país** ..... 19

## Congresso em Foco

Terça-feira, 17 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

**Entenda o que muda com a aprovação do acordo Mercosul-UE** ..... 20

## Consultor Jurídico

Terça-feira, 17 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Risco de confusão justifica liminar contra uso indevido de marca** ..... 23

## Sebrae Notícias

Terça-feira, 17 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Capacitação orienta empreendedores de tecnologia sobre proteção de software e r...** ..... 25

## Entidades apontam pirataria como problema de saúde pública e pedem penas mais duras

Representantes das entidades apontaram setores afetados, como os de medicamentos, bebidas e até defensivos agrícolas

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

Em audiência pública na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (17), entidades de **propriedade industrial** apontaram a pirataria como problema de saúde pública e pediram a aprovação de projetos de lei que endurecem penas e multas aplicadas nas falsificações. A pirataria causa prejuízo anual de cerca de R\$ 470 bilhões, com danos econômicos e sociais simultâneos, segundo o vice-presidente da **Associação Brasileira da Propriedade Intelectual**, Rodrigo Affonso Santos.

O debate foi realizado na comissão externa da Câmara que acompanha as ações de combate à pirataria.

"Há prejuízo para empresas que investem em inovação, desenvolvimento e pesquisa. Em segundo lugar, há distorção na concorrência e queda de arrecadação tributária. Em terceiro, há o risco para o consumidor. Em muitos casos, estamos falando de medicamentos, alimentos, cosméticos, brinquedos, peças automotivas, só para citar alguns. Trata-se também de um tema de saúde pública e de segurança do consumidor", afirmou.

O consultor jurídico do Grupo de Proteção à **Marca** (BPG), Luiz Garé, apresentou mais argumentos quanto ao problema de saúde pública. "Com um agravante para os setores de bebidas e de medicamentos: nós tivemos a crise do metanol e temos hoje o comércio de medicamentos de combate ao câncer e também canetas emagrecedoras falsificadas encontradas no mercado", disse.

As ameaças também estão na produção agrícola, como ressaltou o presidente da Associação Brasileira dos Agentes da **Propriedade Industrial** (**ABAPI**), Gabriel di Blasi Junior. "Ela aparece nos defensivos agrícolas falsificados, nas sementes e nos insumos biológicos contrabandeados, adulterados ou comercializados sem registro. É dano à lavoura, é dano ao meio ambiente, é dano à saúde do

trabalhador rural e à saúde do consumidor, é dano à regularidade da cadeia produtiva", elencou.

Solução sistêmica

De forma geral, os palestrantes concordaram que a pirataria é uma prática ilícita, organizada e lucrativa, com profundo impacto negativo na inovação e na competitividade da economia brasileira e na proteção do consumidor. Acrescentaram que a solução não será única, mas sistêmica, combinando legislação adequada, instituições eficientes e colaboração público-privada.

Eles defenderam a aprovação de propostas que tratam da responsabilização das plataformas de comércio eletrônico no caso de venda de produtos falsificados (PLs 3001/24, 4131/24 e 6743/24) e regulamentação da atividade de agente da **propriedade industrial** com foco na repressão aos crimes (PL 3876/24).

Outro projeto de lei (PL 3375/24) aumenta as penas para os crimes de pirataria e falsificação e é de autoria do deputado Julio Lopes (PP-RJ), coordenador da comissão. "Nós vamos agravar não só o crime de falsificação, para efetivamente dar cadeia, e que haja também uma pena pecuniária, alguma coisa que de fato fira a economia do empreendimento criminoso, que está fazendo aquela prática, obviamente, com o intuito de se remunerar, ganhar dinheiro e muito", disse.

Em outra frente, os palestrantes pediram campanhas de conscientização para que a população não normalize a pirataria nem a veja como algo menor ou socialmente aceitável, como disse o presidente do Instituto Nacional da Propriedade Privada (**INPI**), Júlio César Moreira. "A conscientização leva a uma maior sensibilização sobre o tema e à diminuição da aquisição de produtos piratas", afirmou.

As entidades ainda pediram papel mais ativo da Polícia Rodoviária Federal e da Receita Federal e fortalecimento do **Conselho Nacional de Combate à Pirataria** (CNCP).

Reportagem - José Carlos Oliveira

Continuação: Entidades apontam pirataria como problema de saúde pública e pedem penas mais duras

Edição - Ana Chalub

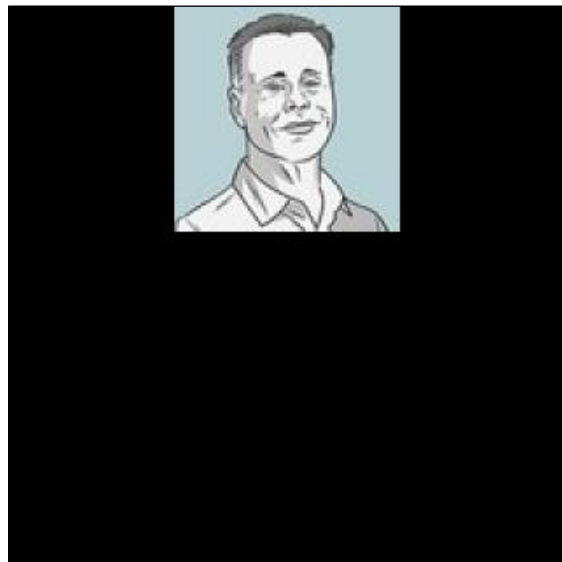
## O atraso na solução do INPI para combater os atrasos na concessão de patentes



Em meio aos recorrentes atrasos na **concessão de patentes** de invenções, o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** assinou um contrato, em setembro de 2024, para que uma empresa automatize os fluxos desses processos por meio de um software.

Vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a autarquia federal registrou em um relatório que a implementação do projeto BPMS pela Levty Sistemas Ltda estava prevista para o primeiro trimestre de 2025. Beleza.

A iniciativa para agilizar a análise dos pedidos de patentes, no entanto, atrasou. Outro documento, apresentado no mês passado, mostra que o BPMS ainda não começou e agora tem a primeira etapa prevista para ser implementada até julho deste ano, com as primeiras automações apenas em outubro. E o valor do contrato já subiu para R\$ 15,6 milhões, com um aditivo firmado em novembro passado.



Lauro Jardim Lauro Jardim

Até agora, porém, somente R\$ 1,42 milhão desse contrato foi executado, menos de 10% do total.

Em boletim mensal referente a fevereiro, o **INPI** apontou que "a tendência de queda [na **concessão de patentes**] a partir de 2021 decorre da redução do quadro de pessoal e do esgotamento das patentes enquadradas no programa.

Ao longo dos últimos 12 meses, foram depositadas 30.221 patentes, uma alta de 9% em relação aos 12 meses anteriores. Já o número de decisões tomadas nesse período cresceu apenas 3,1%.

::

## MIGALHAS nº 6.309

Terça-Feira, 17 de março de 2026 - Migalhas nº 6.309.

Fechamento às 07h25.

"Privar de funções inamovíveis, que estabelecem vantagens para o funcionário durante sua vida inteira, é impor penas e penas perpétuas."

Rui Barbosa

Aposentadoria em debate

Magistrado de carreira, o ministro Flávio Dino parece ter acordado ontem com a pá virada contra a própria classe. Ao analisar caso oriundo do CNJ, ele entendeu que, após a reforma da Previdência, a aposentadoria compulsória deixou de subsistir no sistema constitucional como sanção disciplinar a juízes.

Com isso, anulou decisão do CNJ que havia aplicado a penalidade a magistrado do RJ e determinou a reanálise do processo, indicando que faltas graves deveriam ser punidas com a perda do cargo.

Os autos foram encaminhados ao presidente do Conselho, ministro Edson Fachin, para eventual reflexão institucional sobre o sistema disciplinar da magistratura.

A tese, contudo, abriu debate imediato. Entidades da magistratura lembram que o regime disciplinar dos juízes é matéria reservada à lei complementar, nos termos do art. 93 da Constituição, e não poderia ser reformulado por decisão judicial.

Há também outro ponto sensível: a aposentadoria compulsória, tantas vezes apresentada como "prêmio", na verdade corresponde apenas ao retorno das contribuições previdenciárias recolhidas ao longo de décadas de carreira. Extingui-la sem qualquer contraprestação poderia produzir situação curiosa: o Estado fica com as contribuições e o servidor com a punição.

No fundo, o episódio revela que o tema é complexo. E entre o rigor disciplinar e a arquitetura constitucional, há um delicado equilíbrio, que o ministro Dino em boa hora trouxe para a mesa de debate.

()

Cada um no seu quadrado

Conselheiro do CNJ, Ulisses Rabaneda negou pedido para que o TRT-2 mantivesse número de juízes de 1º grau convocados para atuar no 2º grau acima do limite previsto em resolução. Para o relator, o aumento da demanda e afastamentos de desembargadores não configuram situação excepcional capaz de justificar a ampliação. ()

Inimputável

Justiça determinou a internação psiquiátrica de advogado que acusou juízes de crimes em petições judiciais após laudo apontar transtorno mental e inimputabilidade penal. ()

Justo título

Na última semana, a 3ª turma do STJ reconheceu que recibo de compra e venda pode servir como justo título para usucapião ordinária. A partir desse entendimento, Migalhas se debruçou sobre o instituto para explicar o que caracteriza o justo título, como esse requisito é comprovado em juízo e quais outros elementos são aceitos pela Justiça nas ações de usucapião. ()

Dinheiro vivo

CCJ do Senado aprovou projeto que proíbe o uso de dinheiro em espécie em transações imobiliárias, transferindo ao Conselho Monetário Nacional a definição de limites e condições para uso de numerário no sistema financeiro. ()

Devagar com o andor

Justiça suspendeu liminarmente a transferência de bens públicos e ativos de estatais para capitalizar o BRB, medida prevista em lei distrital aprovada para reforçar a situação financeira da instituição em meio à crise envolvendo o Banco Master. De acordo com a decisão, a execução da norma pode gerar riscos ao patrimônio público sem estudos técnicos prévios sobre o impacto das operações. ()

Quitação extrajudicial

1ª seção do STJ definirá se é cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação de execução fiscal quando há a quitação extrajudicial do débito antes da citação do contribuinte. ()

#### Imunidade tributária

Após pedido de destaque de Dino, STF julgará em plenário físico o Tema 1.398, que discute a incidência de IPTU sobre imóveis de estatais usados na prestação de serviço público essencial e reversíveis ao Poder Público. Relator, ministro Toffoli, votou pela imunidade tributária. ()

#### Número de candidatos

STF manteve regra que limita o número de candidatos que cada partido pode registrar em eleições proporcionais a até 100% mais um das vagas em disputa, rejeitando questionamento do partido Cidadania sobre suposta irregularidade no processo legislativo da lei 14.211/21. ()

#### Sem dolo

Ministro Marco Aurélio Bellizze manteve decisão do TJ/MS que afastou condenação de ex-prefeito por improbidade relacionada à instalação de totens de obras públicas com menção ao nome do gestor. ()

#### Tempo congelado

TST fixou tese de que a suspensão dos prazos prescricionais prevista na lei 14.010/20, durante a pandemia, também se aplica às ações trabalhistas. ()

#### Citação por

TST validou citação realizada por WhatsApp mesmo sem leitura da mensagem pelo destinatário. Para o colegiado, o envio ao número correto é suficiente para a regularidade do ato. ()

#### Churras

TRT-18 confirmou justa causa de vigilante que, durante atestado médico, postou foto em churrasco com a legenda: "Domingão mais ou menos na casa do sogrão." ()

#### Conforto térmico

TRT-4 condenou supermercado a promover adaptações estruturais para garantir conforto térmico a trabalhadores expostos a calor excessivo. ()

#### "Justiça por Orelha"

Governo Federal publicou decreto que amplia multas administrativas por maus-tratos a animais, que passam a variar de R\$ 1,5 mil a R\$ 50 mil, podendo chegar a R\$ 1 milhão em casos agravados. ()

#### Crueldade

TJ/SP condenou homem que matou a tiros cadela da família após saber que ela havia atacado seus pais. Colegiado entendeu que não havia estado de necessidade, pois o animal estava dócil no momento do disparo. ()

#### Regra flexibilizada

TJ/SP autorizou passageiro a embarcar com bulldog inglês de suporte emocional na cabine. Tribunal flexibilizou o limite de peso ao considerar a necessidade terapêutica do tutor e os riscos ao animal braquicefálico no porão. ()

#### Proteção animal em debate

Com o endurecimento das punições por maus-tratos, Migalhas promove em 9 de abril, a aula online "Proteção animal no Brasil: Constituição, Crimes e o Caso Orelha". Inscreva-se. ()

#### Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

#### Colunas

##### Política, Direito & Economia NA REAL

Francisco Petros discute como a lista da Forbes expõe a concentração patrimonial no topo da economia global, impulsionada por tecnologia e ativos que ampliam desigualdades sociais. ()

##### Migalhas de Responsabilidade Civil

Do absolutismo do direito subjetivo às cláusulas de eticidade e socialidade, Rodrigo Serra Pereira reconstrói a teoria do abuso do direito e mostra como o ordenamento limita o exercício dos direitos. ()

##### Direitos Humanos em pauta

Entre o caso Jesús Ramiro Zapata e a atuação da Corte IDH, Silvia Souza analisa a responsabilidade estatal na perseguição a defensores de direitos humanos e o elo com o caso Gabriel Sales Pimenta. ()

##### Migalhas de peso

- "Sociedades limitadas: Das antigas "por quotas" à governança societária", por Moacyr Lobato de

Campos Filho, advogado. ()

- "Coworking jurídico: o fim do mito de que advogado precisa sofrer para ter escritório", por Bruno Santiago (Coetus Coworking). ()

- "Quebras de sigilo em bloco e a Constituição: Por que o STF interveio na CPMI", por Ulisses César Martins de Sousa (Ulisses Sousa Advogados Associados). ()

- "IPI não recuperável nos créditos de PIS e COFINS: O que muda após o julgamento do Tema 1.373", por Vitor Verissimo Borges e Halley Henares Neto (ABAT). ()

- "Guerra EUA x Irã e enfraquecimento do Direito Internacional público", por Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados). ()

- "Por uma reanálise do provimento CNJ 197/25 - Conta notarial", por Fernanda de Freitas Leitão (15º Ofício de Notas). ()

- "Empreitada Total vs. Empreitada Parcial: Diferenças jurídicas e impactos práticos na construção civil", por Camilly Vitoria das Chagas Pereira e Carolina Cotrin de Oliveira (TM Associados). ()

- "IA na saúde: Nova resolução do CFM desafiará governança das instituições médicas", por Fábio Cardoso Machado (Andrade Maia Advogados). ()

- "O processo estrutural na gênese correccional: A reconfiguração da admissibilidade sob as lentes da consensualidade e da governança sancionadora", por Vanessa Cerqueira Reis e Pedro H. Ferreira Leite (Medina Osório Advogados). ()

- "Metanol, bebidas alcoólicas e marcas", por Pedro Marcos Nunes Barbosa e Ruy Pereira Camilo Júnior (Denis Borges Barbosa Advogados). ()

- "O mito da análise individual no contencioso de massa", por Gabriel Nascimento (Parada Advogados). ()

- "Comunicação jurídica estratégica: O caminho seguro para a autoridade na advocacia", por Márcio Santos (M2 Comunicação Jurídica). ()

- "Ultrapassei o prazo do visto C1/D e recebi um banimento de 10 anos: É possível obter um novo visto apenas para trânsito?", por Mara Personi (Witer, Personi & Moore an International Law Corporation). ()

- "Multas por maus-tratos a animais podem chegar a um milhão de reais", por Solange Cunha e Luísa

Dresch (Silveiro Advogados). ()

- "Como transformar contratos em receita recorrente na advocacia", por Henrique Flôres (Contraktor). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Baú migalheiro

Há 66 anos, em 17 de março de 1960, o presidente dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower, aprovou uma diretiva do Conselho de Segurança Nacional que autorizava um programa encoberto de ações contra o governo de Fidel Castro em Cuba. A iniciativa previa treinamento e apoio a exilados cubanos para organizar uma força destinada a derubar o regime instalado após a Revolução Cubana de 1959. O plano, posteriormente herdado pelo governo de John F. Kennedy, culminaria na Invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961, episódio marcante da Guerra Fria no continente americano. (Compartilhe)

Sorteio

Participe do sorteio da obra "Ligando os Pontos do ESG para uma Nova Dinâmica" (Editora Literare Books International, 304p.), com coordenação editorial de Andrea Ciaffone, Marcel Spadoto e Marcela Argollo. Alexandre Arnone (Arnone Advogados Associados) participa como coautor do livro que traduz teorias complexas em experiências reais, mostrando que prosperar de forma sustentável é possível. ()

Novidades

Acontece hoje, às 18h30, no STJ, o lançamento do livro "Os Crimes Eleitorais e a Proteção do Estado Democrático de Direito", organizado por Anna Maria da Trindade dos Reis (Trindade& Reis Advogados Associados), Bruno Espiñeira Lemos e Luís Eduardo Colavolpe. A obra presta homenagem a três nomes fundamentais do Direito brasileiro: Sepúlveda Pertence, José Gerardo Grossi e Sigmarin-ga Seixas e reúne estudos voltados à defesa do Estado Democrático de Direito a partir da análise dos crimes eleitorais, tema que nunca esteve tão urgente no debate jurídico e político do país. () Em novo e-book da série sobre a "Reforma Tributária do Consumo", Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados apresenta novo material dedicado a



outros regimes diferenciados previstos na LC 214/25. O documento analisa a aplicação do IBS e da CBS a determinados setores que receberam redução de 60% das alíquotas, com destaque para três frentes específicas: serviços de comunicação institucional prestados à administração pública, atividades desportivas e bens e serviços relacionados à soberania e à segurança nacional, da informação e cibernética. ()

#### Migalhíssimas

Acontece hoje, a partir das 8h30, no RJ, o evento "Transformando Intangíveis em Valor". Tatiana Campello (Demarest Advogados) modera, às 11h30, o painel "O Valor Invisível do M&A: O papel estratégico dos intangíveis nas negociações". () Machado Meyer Advogados e o Instituto Totum promovem hoje, às 10h, o webinar "GAS-REC, CGOB e a Lei do Combustível do Futuro". Nesta 1ª edição, realizada via Zoom, serão apresentados os instrumentos GAS-REC e CGOB, além dos principais marcos legais que estruturam o novo ambiente regulatório dos combustíveis renováveis no país. O objetivo é apresentar uma visão aprofundada sobre a evolução normativa, os impactos para a indústria e os desafios práticos na implementação dos mecanismos previstos em lei. () Hoje, às 15h50, em SP, Pedro Marcos Nunes Barbosa, do escritório Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, palestra no "XXV Congresso Internacional da **Propriedade Intelectual** da Associação Paulista da **Propriedade Intelectual** - ASPI 2026" com o tema "Insuscetibilidade de Caducidade do Desenho Industrial". O congresso, que termina amanhã, tem como tema "Fundamentos da **Propriedade Intelectual** para um novo tempo". () Amanhã, das 9 às 12h, acontece o evento "Portugal em Foco: Sua empresa no mercado europeu", em Goiânia. A programação contará com palestras do advogado Fernando Senise (Brasil Salomão e Matthes Advocacia), que abordará as oportunidades do mercado imobiliário no país europeu e os aspectos jurídicos da internacionalização de empresas. O painel jurídico também contará com a participação do advogado Gabriel Prata e a abertura do encontro será conduzida pelo advogado Klaus Marques. Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Prerrogativas" com o tema "Prerrogativas da Advocacia". Amanhã, às 10h, pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ", . Presi-

dente do IAB, Rita Cortez (AJS - Cortez & Advogados Associados) palestra na abertura do "Seminário de Direito e Processo do Trabalho", amanhã, às 16h, na sede do Instituto, no RJ. O evento terá transmissão pela TVIAB no YouTube e aos estudantes de Direito serão concedidas três horas de estágio pela OAB/RJ. () As inscrições para o "Curso Prático Fusões & Aquisições 2026", coordenado por Joaquim de Paiva Muniz (Trench Rossi Watanabe), estão abertas (). O curso acontece de 29/4 a 17/6, às segundas e quartas-feiras, das 19 às 21h. ()

#### Arbitragem global

Amanhã, 18/3, das 16h30 às 18h30, em Lisboa, a CAMARB realiza o debate "O Futuro da Arbitragem: Eficiência, Inovação e os Desafios da Atualidade". ()

#### Eles por Elas

OAB/SP promoverá a caminhada "Eles por Elas" no dia 22/3, a partir das 10h. A ação visa engajar homens no combate à violência contra a mulher e acontecerá em várias cidades do Estado de SP. ()

#### Conversa temática

No dia 19/3, às 17h30, IASP realiza uma roda de discussão com os autores da obra "Temas Essenciais de Arbitragem". ()

#### Nova diretoria

No dia 13/3, a APAMAGIS - Associação Paulista de Magistrados realizou a cerimônia de posse da nova Diretoria Executiva e do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal. O evento reuniu magistrados e autoridades do Judiciário e destacou, nos discursos, a importância da união, do associativismo e da defesa das prerrogativas da Magistratura. ()

#### Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

#### Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Maraú

GO/Piracanjuba

RN/Paraná

TO/Pindorama do Tocantins

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"War of Split With U.S., But Haunted by the Past"

The Washington Post - EUA

"Teens sue Musk's xAI over altered photos"

Corriere della Sera - Itália

"L'Europa dice no a Trump"

Clarín - Argentina

"Por la inflación sube el techo de paritarias: será el 2% mensual"

El País - Espanha

"El Rey admite los "abusos" de la Conquista en un gesto a México"

Público - Portugal

"PJ abriu quase 1400 inquéritos por extorsão sexual nos últimos dois anos"

The Guardian - Inglaterra

"PM vows UK will resist US pressure to join Iran war"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Dino veta aposentadoria compulsória como maior punição a juízes"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Decreto obriga redes sociais a reforçar proteção a crianças"

O Globo - Rio de Janeiro

"Dino proíbe aposentadoria compulsória como punição a juízes"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Novo ECA Digital: O desafio de mais proteção on-line"

Correio Braziliense - Brasília

"Justiça barra imóveis para BRB. GDF vê banco em risco"

Zero Hora - Porto Alegre

"Dino endurece punição a juízes e proíbe a aposentadoria compulsória"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"André Mendonça bloqueia acesso de CPI a celular de Vercaro"

## STJ condena DF a pagar danos por violar direito autoral em apostilas

Nesta terça-feira, 17, a 4ª turma do STJ condenou o Distrito Federal a pagar danos materiais a artista que teve sua obra reproduzida sem autorização em apostilas.

Por maioria, o colegiado acompanhou o voto do relator, ministro Antonio Carlos Ferreira, ao entender que a obrigação de indenizar independe da obtenção de proveito econômico.

### O caso

Na origem, há 20 anos, um artista propôs ação indenizatória por danos materiais e morais contra o DF afirmando que o ente estatal utilizou-se indevidamente de obra intelectual de sua titularidade sem o pagamento da correspondente remuneração.

Para tanto, alegou que o Estado distribuiu, em projeto profissional e educacional do governo, apostilas que continham reprodução não autorizada de material protegido por direitos autorais. Foram distribuídas apostilas para cerca de 48 mil participantes do projeto.

Nas instâncias inferiores, o ente público foi condenado ao pagamento de R\$ 20 mil de danos morais, todavia, o pedido reparatório pelos prejuízos de ordem material foi rejeitado.

Ambas as partes recorreram ao STJ. O DF sustentou, entre outros pontos, que não obteve proveito econômico com a distribuição das apostilas, o que impediria o reconhecimento de danos materiais ao autor.

O artista, por sua vez, defendeu que reconhecida a violação dos direitos autorais de sua titularidade, o dever de reparar os danos patrimoniais independe do intuito de lucro ou mesmo a obtenção de qualquer benefício econômico pelo contrafator.

Colegiado condenou o DF por violação de direitos autorais.(Imagem: Freepik)

### Voto do relator

O relator, ministro Antonio Carlos Ferreira, deu provimento ao recurso especial para reconhecer o dever do Distrito Federal de indenizar também pelos danos materiais decorrentes da violação de di-

reitos autorais.

Segundo o ministro, a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que a responsabilidade civil por violação autoral independe da comprovação de lucro ou proveito econômico, bastando a constatação do uso não autorizado da obra.

No caso, como já estavam reconhecidos a ilicitude da conduta, o nexo causal e o dano, não havia como afastar a obrigação de indenizar, nos termos dos arts. 186 e 927 do CC.

O relator afastou a aplicação da indenização prevista no art. 103 da lei de direitos autorais, por ausência de comprovação de má-fé ou contrafação deliberada, e determinou que o valor dos danos materiais seja apurado em liquidação de sentença, conforme critérios de equidade.

Assim, manteve a condenação por danos morais já fixada e ampliou a responsabilidade do ente público para incluir a reparação patrimonial.

O ministro Marco Buzzi acompanhou o relator.

### Voto-vista

O ministro Raul Araújo divergiu para afastar a condenação por danos materiais, ao entender que, no caso, não ficou demonstrada a existência de prejuízo patrimonial efetivo decorrente da utilização da obra.

Para o ministro, embora a violação de direito autoral tenha sido reconhecida, a indenização material não pode ser presumida, exigindo prova concreta da extensão do dano. Destacou que as instâncias ordinárias concluíram pela ausência de finalidade lucrativa na utilização da obra pelo ente público, que distribuiu gratuitamente as apostilas em programa de qualificação profissional.

Ressaltou ainda que, à luz da Lei de Direitos Autorais, a responsabilização por danos patrimoniais está vinculada à existência de proveito econômico ou à comprovação de prejuízo, o que não se verificou no caso. Assim, entendeu correta a decisão que indeferiu a indenização material, mantendo apenas a reparação por danos morais.

Dessa forma, votou pelo desprovimento do recurso quanto aos danos materiais.

A ministra Isabel Gallotti acompanhou a divergência.

#### Voto de desempate

Diante do empate e do impedimento do presidente da turma, ministro João Otávio de Noronha, para votar no caso, a ministra Daniela Teixeira, da 3ª turma, foi convocada para desempatar o julgamento.

A ministra acompanhou integralmente o relator para negar provimento ao agravo interno e manter a condenação do Distrito Federal por violação a direitos autorais.

Em seu voto, destacou que os danos materiais decorrentes da violação autoral devem ser presumidos, uma vez que a conduta ilícita impede a exploração econômica regular da obra. Também ressaltou que o infrator não pode se beneficiar da própria

irregularidade.

A ministra afirmou ainda que os danos morais, nessas hipóteses, igualmente se presumem, em linha com a jurisprudência do STJ sobre **propriedade intelectual**. Quanto ao valor da indenização, entendeu que a quantificação deve ocorrer na fase de liquidação, sem limitação prévia ao número de exemplares.

Por fim, acompanhou o relator também quanto à fixação de honorários conforme as regras do CPC/73, mantendo a condenação ao pagamento das despesas processuais e honorários sucumbenciais.

Processo: REsp 1.975.317

## A herança esquecida da ditadura é o atraso científico do Brasil



A história da ditadura militar brasileira costuma ser narrada por suas imagens mais visíveis: censura, prisões arbitrárias, cassações políticas, tortura de opositores. Esses episódios são essenciais para compreender o período inaugurado pelo Golpe de Estado no Brasil em 1964. No entanto, existe uma dimensão menos explorada - embora profundamente relevante - que atravessa aqueles anos: o impacto do autoritarismo sobre a universidade, a pesquisa científica e a capacidade tecnológica do país. A disputa não ocorria apenas no plano do poder político imediato. Ela também envolvia o controle das instituições responsáveis pela produção de conhecimento.

Esse tema aparece de forma particularmente sugestiva no filme "O Agente Secreto". A narrativa desloca o foco da repressão ideológica tradicional para o universo da ciência. O conflito central envolve um pesquisador cuja investigação passa a ser considerada inconveniente para determinados interesses políticos e econômicos. Essa escolha dramática aponta para uma pergunta histórica pouco explorada: qual foi o impacto da ditadura militar sobre a produção científica brasileira?

Diversos estudos acadêmicos indicam que universidades e centros de pesquisa sofreram intervenções significativas durante o regime. O endurecimento político após o Ato Institucional nº 5, decretado em 1968, ampliou a vigilância sobre o ambiente universitário. Levantamentos historiográficos e pesquisas posteriores apontam que cerca de 300 docentes do ensino superior foram afastados, demitidos ou aposentados compulsoriamente ao longo da ditadura, de acordo com estudos compilados por pesqui-

sadores da história da ciência e da educação superior no Brasil.

Um episódio particularmente emblemático ocorreu em 1970 e ficou conhecido como Massacre de Manguinhos. Naquele ano, dez cientistas do Instituto Oswaldo Cruz foram aposentados compulsoriamente pelo regime militar com base nos instrumentos de exceção então vigentes. O instituto - hoje parte da Fundação Oswaldo Cruz - perdeu cerca de 14% de seu quadro de pesquisadores, que à época era composto por aproximadamente setenta cientistas.

Entre os pesquisadores atingidos estavam figuras de projeção internacional, como o entomologista Hermann Lent e o bioquímico Haity Moussatché. Lent era referência mundial no estudo dos insetos transmissores da doença de Chagas. Moussatché desenvolvia pesquisas relevantes em fisiologia e farmacologia. A aposentadoria compulsória desses cientistas levou ao fechamento de laboratórios, à interrupção de projetos científicos e ao desmonte de linhas de investigação que haviam sido construídas ao longo de décadas.

O impacto desse tipo de intervenção não se mede apenas em termos administrativos. A ciência depende de continuidade institucional e de liberdade intelectual para florescer. Quando projetos de pesquisa são interrompidos por razões políticas, o prejuízo científico costuma se manifestar ao longo de muitos anos.

Esse episódio ocorreu paralelamente a transformações estruturais no sistema universitário brasileiro. Entre os elementos mais discutidos desse processo estão os convênios firmados entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development, conhecidos como Acordos MEC-USAID.

Esses acordos, firmados na década de 1960, tinham como objetivo declarado modernizar a estrutura educacional brasileira. Eles introduziram reformas administrativas e curriculares inspiradas no modelo universitário norte-americano. Muitos historiadores reconhecem que tais reformas contribuíram para a

organização do sistema de pós-graduação no país.

Ao mesmo tempo, diversos estudos críticos

apontam que essas mudanças também orientaram a universidade para a formação de profissionais especializados voltados às demandas do mercado industrial em expansão.

Esse processo coincidiu com o período conhecido como milagre econômico brasileiro. Entre 1968 e 1973, o Produto Interno Bruto do país apresentou taxas de crescimento muito elevadas. De acordo com séries históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o crescimento anual do PIB ultrapassou 10% em alguns anos desse período.

Esse crescimento acelerado foi acompanhado pela expansão da indústria brasileira. Empresas multinacionais dos setores automotivo, químico e eletrônico instalaram unidades produtivas no país, estimuladas por políticas de incentivo estatal e pela ampliação do mercado interno.

Contudo, a industrialização brasileira daquele período apresentava uma característica importante: grande parte do conhecimento tecnológico continuava concentrada nas matrizes estrangeiras. As fábricas instaladas no Brasil produziam bens industriais, mas o desenvolvimento das tecnologias fundamentais permanecia fora do país.

Essa dinâmica foi descrita por diversos economistas latino-americanos ao longo do século XX. Um dos mais influentes foi o economista argentino Raúl Prebisch, cuja análise sobre a estrutura centro-periferia destacou a tendência da economia global de concentrar **inovação tecnológica** nos países industrializados.

Indicadores contemporâneos mostram que essa assimetria tecnológica permanece relevante. Segundo dados da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual**, o Brasil responde por menos de 1% dos pedidos internacionais de **patentes** registrados no sistema PCT, que reúne depósitos internacionais de **propriedade intelectual**.

Em contraste, países que adotaram políticas intensivas de investimento em ciência e tecnologia apresentam participação muito mais significativa nesse campo. A Coreia do Sul, por exemplo, investe cerca de 4,9% de seu Produto Interno Bruto em pesquisa e desenvolvimento, segundo dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Israel investe mais de 5% do PIB nessa área.

Nos Estados Unidos, os investimentos em pesquisa científica superam 3% do PIB, de acordo com dados do Banco Mundial. A China também ampliou significativamente seus investimentos nas últimas décadas, alcançando aproximadamente 2,5% do PIB em pesquisa e desenvolvimento.

O Brasil investe cerca de 1,2% do PIB em P&D, segundo estimativas da UNESCO. Esse nível de investimento ajuda a explicar algumas limitações estruturais da capacidade tecnológica nacional.

Um exemplo claro aparece na indústria farmacêutica. Estudos conduzidos pela Fiocruz e por instituições ligadas ao setor indicam que mais de 90% dos insumos farmacêuticos ativos utilizados na fabricação de medicamentos no Brasil são importados. Em outras palavras, o país possui capacidade industrial para formular e distribuir medicamentos, mas depende amplamente do exterior para a produção das moléculas que constituem sua base científica.

Fenômeno semelhante ocorre no setor agrícola. O Brasil tornou-se uma potência mundial na produção de alimentos. No entanto, segmentos estratégicos como sementes geneticamente modificadas e defensivos agrícolas apresentam forte presença de grandes corporações multinacionais que dominam tecnologias e **patentes** nesse campo.

Esse padrão revela uma característica importante da economia brasileira contemporânea: uma combinação de capacidade produtiva relevante com dependência tecnológica significativa.

É nesse contexto histórico que a narrativa de "O Agente Secreto" ganha densidade simbólica. O personagem Armando, interpretado por Wagner Moura, representa o pesquisador cuja atividade científica se torna incômoda porque ameaça estruturas de poder estabelecidas.

Ao colocar a ciência no centro do conflito dramático, o filme sugere uma reflexão que ultrapassa o passado autoritário. Universidades e centros de pesquisa não são apenas espaços de formação profissional. Eles são ambientes onde se constroem conhecimentos capazes de alterar a posição de um país na economia global.

A história mostra que sociedades que alcançaram autonomia tecnológica investiram sistematicamente em ciência, educação e inovação ao longo de décadas. Esse investimento não produz resultados imediatos, mas cria condições para que novos setores

industriais e tecnológicos floresçam.

Quando instituições científicas são enfraquecidas ou quando a liberdade intelectual é restringida, o impacto pode ultrapassar gerações. Projetos de pesquisa interrompidos deixam lacunas que raramente aparecem nos indicadores econômicos.

Talvez seja essa a pergunta mais provocadora sugerida pela história evocada pelo filme: não apenas o que aconteceu com a ciência brasileira durante a ditadura, mas também quais caminhos tecnológicos deixaram de existir quando determinadas portas institucionais foram fechadas.

É nesse contexto histórico que a narrativa de "O Agente Secreto" ganha densidade política. O personagem Armando, interpretado por Wagner Moura, não representa apenas um pesquisador perseguido. Ele simboliza o cientista cuja produção intelectual se torna indesejável porque ameaça a lógica de dependência tecnológica que marcou o desenvolvimento brasileiro durante a ditadura. Ao deslocar o conflito para o campo da pesquisa científica, o filme expõe uma dimensão raramente enfrentada nas representações do período: o autoritarismo não se limitou a perseguir militantes e opositores; ele também desorganizou estruturas de produção de co-

nhecimento que poderiam ter ampliado a autonomia tecnológica do país.

As consequências dessa ruptura institucional continuam visíveis. O Brasil permanece com baixa participação na geração global de **patentes**, investe em pesquisa científica muito menos que as economias tecnológicas líderes e segue dependente de tecnologias desenvolvidas no exterior em setores estratégicos. Não se trata de um atraso abstrato ou de uma fatalidade histórica. Trata-se de um processo construído por decisões políticas concretas que enfraqueceram universidades, interromperam pesquisas e subordinaram a ciência nacional a um modelo econômico dependente. É nesse terreno - onde se cruzam poder, conhecimento e desenvolvimento - que a história evocada pelo filme deixa de ser apenas memória do passado e passa a funcionar como diagnóstico crítico do presente brasileiro. \*Este artigo não reflete, necessariamente, a opinião da Fórum



## Justiça determina que Band pague R\$ 78 milhões ao Ecad por músicas executadas



Cobrança milionária envolve execuções musicais em programas esportivos e no extinto Faustão na Band

O Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) acionou a Justiça para cobrar da Band uma dívida de R\$ 78,4 milhões em **direitos autorais** musicais. O órgão, responsável por recolher e distribuir valores referentes à execução pública de músicas no Brasil em rádios, TVs, shows, estabelecimentos e plataformas digitais afirma que a emissora deixou de cumprir pagamentos desde 2020. Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Na decisão, o juiz Fernando Antônio Tasso, do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), determinou que o valor seja quitado em até 15 dias. Procu-

rada pela coluna Outro Canal, a Band declarou que não comenta processos judiciais. Fique por dentro das notícias que importam para você! SIGA O CORREIO BRAZILIENSE NO SIGA O CB NO

Já o Ecad disse estar apenas cumprindo a legislação. Segundo o órgão, cobranças vêm sendo feitas desde setembro de 2024, envolvendo execuções em programas esportivos e no extinto Faustão na Band, exibido entre 2022 e 2023. O Ecad sustenta que os valores estavam previstos em contrato de licenciamento musical e em uma confissão de dívida não honrada. A Justiça reconheceu a legitimidade da cobrança e autorizou o pedido de cumprimento de sentença apresentado no último dia 11. A Band recorreu da decisão, alegando que a quantia exigida não condiz com a realidade do mercado televisivo e que o Ecad não foi justo nas negociações. Caso a emissora perca, suas contas poderão ser penhoradas para garantir o pagamento. Não é a primeira vez que uma emissora aberta enfrenta problemas semelhantes: em 2025, o SBT foi proibido de executar músicas de artistas da gravadora Sony em sua programação, acusando as gravadoras de atuarem em cartel. O texto Justiça determina que Band pague R\$ 78 milhões ao Ecad por músicas executadas foi publicado primeiro no Observatório da TV.



## IA não consegue competir com criatividade em Hollywood, diz executivo

A inteligência artificial avança com força em Hollywood e sacode a indústria do cinema, mas a criatividade humana sempre prevalecerá, assegurou em entrevista à AFP um executivo da plataforma Artlist, na vanguarda nesse setor.

A irrupção da IA foi um tema dominante na conferência de tecnologia e cultura South by Southwest (SXSW), realizada esta semana em Austin, Texas, onde o aclamado cineasta Steven Spielberg deixou clara sua posição.

"Até agora nunca usei IA em nenhum dos meus filmes. Temos uma sala de roteiristas. Todas as cadeiras estão ocupadas", disse Spielberg. "Não sou a favor da IA se ela substituir uma pessoa criativa", acrescentou.

Joshua Davies, diretor de inovação da Artlist - plataforma de vídeo com IA que se consolidou como fornecedora de ferramentas criativas para cineastas - enfatizou que a tecnologia nunca ofuscará a criatividade humana.

"Se você der a mesma ferramenta de IA a um técnico e a uma pessoa criativa e pedir que façam algo, eu já sei qual preferiria ver no final", disse à AFP Davies, fundador da empresa de software de edição de vídeo FXhome, adquirida pela Artlist em 2021.

O executivo reconheceu que as preocupações do setor não são infundadas, já que os novos modelos de vídeo com IA "assustaram todo mundo".

Não só por questões de **direitos autorais** e de direito à própria imagem, mas também pela pergunta fundamental sobre qual será o futuro da produção de cinema e televisão com essa tecnologia.

"Se um filme do 'Homem de Ferro' fosse estreiar em 2027 ou 2028, recorreria a vários estúdios de efeitos visuais? Esperaria que usassem IA? Todos nós estamos tentando encontrar o nosso lugar", sinalizou.

Mais do que substituir completamente as filmagens, Davies vê as ferramentas da Artlist como uma forma de "preencher as partes que não são possí-

veis, ou que não foram filmadas, ou para as quais não há orçamento".

- "Santo Graal" -

Mas editores, especialistas em efeitos visuais e outros profissionais de Hollywood estão alarmados com o rápido avanço da IA generativa.

Eles temem que ferramentas capazes de produzir imagens com qualidade profissional, a um custo muito inferior ao dos métodos tradicionais, acabem destruindo setores inteiros do mercado de trabalho.

Os grandes estúdios estão avaliando como integrar a IA na produção de filmes, o que deixa entrever mudanças importantes em um setor que já passou por um período difícil após a pandemia e a greve de roteiristas de 2023.

A Artlist chamou a atenção em fevereiro ao produzir um anúncio para a última edição do Super Bowl em menos de cinco dias, utilizando suas próprias ferramentas, por um custo muito inferior aos milhões de dólares normalmente gastos em publicidade para esses grandes eventos esportivos.

Davies refutou a ideia de que esse anúncio representasse o futuro da produção sem intervenção humana. Segundo ele, tratou-se mais de criativos "usando a ferramenta para tirar o máximo proveito dela".

Davies explicou que a Artlist busca oferecer aos criadores um controle preciso sobre a criação ou a edição de sequências, algo que define como o "Santo Graal" da empresa.

Para ele, os atuais modelos de IA lidam relativamente bem com planos fixos simples, mas têm dificuldades com movimentos de câmera complexos e em manter um desempenho consistente ao longo de várias tomadas.

- "O elemento humano" -

No que diz respeito aos custos, Davies advertiu contra expectativas pouco realistas e sugeriu que a IA reduzirá significativamente as despesas de produção, mas não as eliminará.

---

Continuação: IA não consegue competir com criatividade em Hollywood, diz executivo

O executivo espera que, a longo prazo, a IA ajude os cineastas independentes e os criadores de conteúdo que atualmente não têm recursos para levar adiante seus projetos.

"Há youtubers que realizam algumas das melhores sequências de ação que existem, sem nenhum orçamento", observou.

"A IA vai nivelar completamente as regras do jogo: o que vai importar será a história", afirmou.

Davis mostrou-se prudentemente otimista em relação ao futuro do setor e descartou os cenários mais distópicos.

"A ideia de que, no fim, ninguém vá ter trabalho não se sustenta do meu ponto de vista", porque tudo encontra seu equilíbrio e "o elemento humano é aquilo de que sentimos falta", concluiu.

arp/ni/tu/ad/mel/jc/aa

## Aprovado projeto que reduz prazos e agiliza concessão de patentes no país

Opções: Download

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o projeto ( PL 4.972/2019 ) do senador Confúcio Moura (MDB-RO) que reduz os prazos para a análise de patentes no Brasil. Entre as mudanças está a diminuição do tempo de sigilo dos

pedidos de patente dos atuais 18 meses para 12 meses; e do prazo para solicitação do exame da patente, que cairá de 36 para 18 meses. Relator, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) disse que "o projeto vai reduzir o acúmulo de processos e modernizar a gestão do **INPI**".

## Entenda o que muda com a aprovação do acordo Mercosul-UE



Acordo internacional aprovado pelo Congresso cria a maior zona de livre comércio do mundo, integrando continentes nos dois lados do Atlântico.

No início deste mês de março, o Congresso Nacional concluiu os debates a respeito do projeto de decreto legislativo 41/2026, que internaliza o acordo comercial Mercosul-União Europeia. Nesta terça-feira (17), acontece a promulgação, encerrando internamente um processo que sucede 26 anos de negociações entre os dois blocos.

A aprovação do acordo cria uma área de livre comércio que conecta dois dos maiores blocos econômicos do mundo. Juntos, eles reúnem cerca de 718 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto estimado em US\$ 22,4 trilhões.

Na prática, o tratado estabelece regras comuns para o comércio entre os países do Mercosul e os 27 membros da União Europeia. O objetivo é ampliar o fluxo de bens e serviços entre as duas regiões, criar condições mais previsíveis para empresas e investidores e ampliar a integração econômica entre os blocos.

Juntos, União Europeia e Mercosul somam um mercado consumidor de 718 milhões de habitantes. Arte Congresso em Foco

Com a promulgação, o Congresso Nacional passa ao Poder Executivo a responsabilidade para as próximas etapas internas de implementação do acordo.

No lado europeu, a parceria ainda enfrenta entraves no Parlamento e no Judiciário. Por outro lado, a Comissão Europeia informou que, enquanto essas pendências não forem resolvidas, o bloco pretende im-

plementar uma modalidade provisória.

O acordo dá continuidade a uma política de longo prazo de integração entre o Mercosul e outros atores relevantes no comércio internacional. Em 2025, foi assinado o acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio, formada por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. Mais cedo, em Março, foi firmada parceria com a Singapura, um dos portos mais movimentados no mundo.

Confira os principais pontos do acordo Mercosul-UE:

Acordo intensifica trocas comerciais nos principais itens dos dois continentes. Arte Congresso em Foco

### Redução gradual de tarifas

O principal efeito do acordo é a redução ou eliminação de tarifas de importação entre os blocos. A União Europeia eliminará tarifas sobre aproximadamente 95% dos produtos provenientes do Mercosul, enquanto o Mercosul fará o mesmo para cerca de 91% dos bens europeus.

Essa abertura ocorre de forma escalonada. Algumas tarifas são retiradas imediatamente e outras desaparecem ao longo de prazos de 4, 7, 8, 10 ou 12 anos no mercado europeu e de 4, 8, 10 ou 15 anos no mercado do Mercosul. Em casos específicos, o processo pode se estender por até 30 anos para permitir adaptação de setores considerados estratégicos.

No comércio industrial, a União Europeia eliminará todas as tarifas em até dez anos. O cronograma favorece exportações brasileiras de produtos como máquinas, equipamentos, químicos e autopeças, ampliando o acesso ao mercado europeu para esses setores.

### Acesso ampliado para produtos agrícolas

O acordo amplia o acesso de produtos agrícolas do Mercosul ao mercado europeu. Entre os itens com acesso preferencial estão carne bovina, carne de aves, carne suína, café torrado e solúvel, frutas como abacate e melão, além de crustáceos e outros produtos agroalimentares.

## Proteção para setores sensíveis

No setor automotivo, veículos e autopeças seguem cronogramas de redução tarifária que podem variar entre 10 e 15 anos. Para tecnologias emergentes, como veículos eletrificados ou movidos a hidrogênio, os prazos chegam a 18, 25 ou até 30 anos, com períodos iniciais de carência.



O acordo também prevê mecanismos de salvaguarda. Caso haja aumento de importações que cause prejuízo relevante à indústria nacional, o país pode suspender temporariamente a redução tarifária ou retomar a tarifa aplicada a produtos de outros mercados.

## Serviços e compras públicas

Empresas de um bloco passam a ter melhores condições para prestar serviços ou se estabelecer no território do outro, com compromissos de tratamento igualitário e acesso a mercado.

O acordo também disciplina a participação de empresas estrangeiras em licitações públicas. Companhias europeias poderão disputar contratos governamentais no Mercosul e empresas do Mercosul terão acesso a processos semelhantes na União Europeia, com exigências de transparência e igualdade de condições.

Também são estabelecidas regras para transferências financeiras relacionadas a investimentos e pagamentos internacionais, com previsão de mecanismos de proteção caso um país enfrente dificuldades econômicas graves.

## Novas regras técnicas e sanitárias

O tratado inclui capítulos específicos sobre procedimentos aduaneiros, exigências técnicas e normas sanitárias. O objetivo é simplificar a burocracia nas exportações e importações e tornar mais claros os requisitos exigidos pelos dois blocos.

No campo sanitário e fitossanitário, as regras passam a exigir base técnica e científica para restrições a produtos alimentícios ou agrícolas. Também há mecanismos de cooperação entre autoridades regulatórias e prazos para habilitação de estabelecimentos exportadores.

O acordo também prevê mecanismos para resolver disputas comerciais. Caso um país considere que outro descumpriu as regras ou prejudicou benefícios previstos, o conflito pode ser analisado por painéis independentes que emitem decisões vinculantes.

## Compromissos ambientais e trabalhistas

O tratado vincula a expansão do comércio ao cumprimento de compromissos ambientais e trabalhistas já assumidos pelos países em acordos internacionais. Entre eles estão compromissos ligados ao Acordo de Paris sobre mudança do clima e convenções da Organização Internacional do Trabalho.

O texto também prevê cooperação em temas como preservação da biodiversidade, gestão sustentável de florestas e pesca, além da participação da sociedade civil no acompanhamento da implementação do acordo.

Essas disposições criam mecanismos de diálogo permanente entre os blocos para tratar de temas ambientais, sociais e regulatórios relacionados ao comércio internacional.

Se quiser, posso também adaptar o texto exatamente para o padrão de matéria do Congresso em Foco que você costuma publicar, com ajustes de estilo e tamanho de parágrafo.

### Proteção de **propriedade intelectual**

O acordo estabelece regras para a proteção de **propriedade intelectual**, abrangendo direitos autorais, marcas, patentes, indicações geográficas e proteção de informações comerciais sigilosas. A harmonização dessas normas busca garantir maior segurança jurídica para empresas que atuam entre os dois blocos e facilitar a circulação de produtos protegidos por direitos de **propriedade intelectual**.

Entre os resultados práticos está o reconhecimento de indicações geográficas brasileiras no mercado europeu. Produtos como cachaça, queijos da Canastra, mel do Pantanal, café e erva-mate da Alta Mogiana, cacau de Linhares e vinhos de Farroupilha passam a ter proteção contra uso indevido do nome na União Europeia.

O movimento ocorre também no sentido inverso. Indicações geográficas europeias passam a ser reconhecidas no Mercosul, com proteção para produtos tradicionais como Parmigiano Reggiano, Gorgonzola, Roquefort, Champagne, Prosciutto di Parma e Scotch Whisky. Esses nomes passam a ser reservados para produtos originários dessas regiões, seguindo regras de rotulagem e identificação previstas no acordo.

### Micro e pequenas empresas

O acordo inclui um capítulo específico dedicado às micro, pequenas e médias empresas, com ações voltadas a ampliar a participação desses negócios no comércio internacional entre os dois blocos. O texto reconhece que empresas de menor porte enfrentam obstáculos maiores para acessar mercados externos e prevê iniciativas para reduzir essas barreiras.

Entre as ações previstas está a criação de plataformas de informação e bases de dados com regras comerciais, exigências técnicas e procedimentos para exportação e importação entre Mercosul e União Europeia. Essas ferramentas devem reunir informações sobre tarifas, normas sanitárias e requisitos técnicos exigidos para venda de produtos nos dois mercados.

O tratado também prevê cooperação técnica e iniciativas de capacitação para empresários, com o objetivo de integrar micro e pequenas empresas às cadeias produtivas internacionais e ampliar sua participação nas exportações entre os dois blocos.



## Risco de confusão justifica liminar contra uso indevido de marca



Marca de ativos industriais obteve decisão liminar para que concorrente não use nomes semelhantes para produtos registrados no **INPI**. copia, mas não faz igual Risco de confusão ao consumidor justifica liminar contra uso indevido de marca

A comprovação da **propriedade industrial** por registro no órgão competente assegura o uso exclusivo da marca. O emprego de termos idênticos ou com identidade fonética por uma concorrente configura risco de confusão ao consumidor e autoriza o veto ao uso da marca em tutela de urgência.

Com base nesse entendimento, a juíza Andrea Galhardo Palma, da 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Tribunal de Justiça de São Paulo, deferiu tutela de urgência para proibir que uma empresa utilize expressões de uma marca concorrente.

O conflito comercial teve início quando uma fabricante de aditivos industriais identificou que uma concorrente lançou produtos com nomes quase idênticos aos seus.

A empresa autora da ação, que detém os registros das marcas no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, passou a vender itens com denominações semelhantes, divulgando-os em redes sociais para um público de aproximadamente 60 mil seguidores.

Diante da semelhança material e fonética, a titular das marcas ingressou com a demanda judicial pleiteando a suspensão imediata da utilização das ex-

pressões pela adversária.

A empresa autora argumentou que a prática configurava infração marcária, concorrência desleal e aproveitamento parasitário de seus investimentos em publicidade. Dessa forma, pediu a fixação de multa e a exclusão dos conteúdos publicitários. Como o pedido foi formulado de forma liminar, a adversária ainda não havia sido citada para se manifestar.

### Uso exclusivo

Ao examinar a documentação preliminar, a magistrada acolheu os pleitos da requerente. A julgadora ressaltou que a titularidade dos sinais estava devidamente atestada, o que garante a exclusividade legal de exploração no mercado, conforme estabelece o artigo 129 da Lei 9.279/1996, conhecida como Lei da **Propriedade Industrial** (LPI).

Na visão da magistrada, a coincidência entre os nomes era evidente, já que a ré utilizava a palavra integral de um dos registros e uma variação com mera duplicidade de consoante no outro. Ela destacou que essa semelhança no mesmo nicho de mercado fere a norma legal, por induzir o público ao engano.

"Sendo ambas as empresas atuantes no mesmo nicho de mercado - fabricação de aditivos de uso industrial (CNAE 20.93-2-00) - resta configurado o risco de confusão ou associação indevida por parte do consumidor, violando o art. 124, inciso XIX, da LPI", avaliou a julgadora.

Por fim, a juíza apontou a presença dos requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, sublinhando que a continuidade das vendas e do marketing irregular gerava perigo contínuo de prejuízo à detentora do registro.

Assim, ela determinou a suspensão do uso dos nomes e a exclusão das postagens no prazo de dez dias, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil, limitada inicialmente a R\$ 150 mil.

"O periculum in mora decorre da natureza contínua da infração. A manutenção da comercialização pela

---

Continuação: Risco de confusão justifica liminar contra uso indevido de marca

ré e a exposição da marca em redes sociais com grande alcance (aproximadamente 60 mil seguidores) potencializam o desvio de clientela e o enriquecimento sem causa através do aproveitamento parasitário da reputação construída pela autora", concluiu a magistrada.

O escritório Frederico Cortez Advocacia atuou na causa pela empresa autora.

para ler a decisão

Processo 4001307-66.2025.8.26.0220



## Capacitação orienta empreendedores de tecnologia sobre proteção de software e registro de marca



Empresários conheceram estratégias para proteger softwares, marcas e inovações no mercado tecnológico

Por Helena Sales | Clip Clap Comunicação



Micro e pequenos empresários do Distrito Federal participaram, no último dia 12 de março, de uma nova capacitação promovida pelo Sebrae no Distrito Federal no Sebraelab. Desta vez, o espaço instalado no Parque Tecnológico de Brasília (BioTIC) foi cenário para um debate sobre **propriedade intelectual**. A atividade foi organizada no âmbito dos projetos Brasília Conecta TIC e Sebrae Conecta Games e focou nos procedimentos de registro de software junto ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. A pauta central incluiu os limites do que é passível de patente e as estratégias de proteção de ativos digitais dentro do ecossistema do parque tecnológico.

Giovanni Barbosa, consultor especializado em **propriedade intelectual** foi quem conduziu a capacita-

ção. Com experiência no atendimento a negócios de inovação e tecnologia, o advogado também compõe a Comissão de **Propriedade Intelectual** e Direito Autoral da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB/DF).



O advogado iniciou a apresentação detalhando como a **propriedade intelectual** funciona como uma ferramenta de proteção à inovação, abrangendo um conjunto de direitos sobre criações intelectuais que geram impacto comercial. A fundamentação apresentada reforça que proteger os resultados da atividade intelectual é essencial para a sustentabilidade de novos negócios, especialmente por meio de patentes de invenção, registro e gestão de marcas e o devido registro de programas de computador. Tais mecanismos são apontados como a base para que empresas de tecnologia possam captar investimentos e operar com segurança jurídica.

Ao responder a dúvidas recorrentes do setor, Giovanni diferenciou a proteção de ferramentas digitais. Foi pontuado que, enquanto a metodologia pura não possui amparo legal para registro de exclusividade, os documentos escritos que a detalham podem ser protegidos como obras literárias ou técnicas. Já no setor de TIC, o registro de software surge como o meio eficaz de proteger a execução dessa metodologia dentro de um sistema. Esse registro assegura que a estrutura e o código do programa pertençam legalmente aos seus criadores, consolidando a solução como um ativo de propriedade da empresa.



Ao encerrar a capacitação, Giovanni avaliou a receptividade dos empreendedores e a dinâmica do treinamento. "Foi uma experiência muito boa. Senti que o público estava bastante engajado e que conseguimos atingir o público-alvo da palestra. Houve muita participação, com várias perguntas, todas respondidas, o que tornou o momento ainda mais produtivo", afirmou.

O palestrante também destacou o papel do ambiente para o desenvolvimento do conteúdo técnico. "O espaço e a infraestrutura são excelentes. Consegui apresentar todo o conteúdo sobre **propriedade intelectual** e percebi que os participantes tiveram um grande engajamento. Acredito que foi uma experiência positiva na construção desse produto voltado para empreendedores, além de permitir um contato com quem está atuando no Sebraelab, um ambiente voltado para a inovação. Fazer essa conexão e criar esse conteúdo foi gratificante", concluiu o advogado.



À frente da LC Eletrônica, a empresária Bianca Araújo ressaltou que a capacitação foi determinante para alinhar as estratégias de comunicação da empresa à segurança jurídica. "Acredito que a palestra foi muito esclarecedora quanto ao direito

autoral e sobre como assegurar nossa marca, permitindo que o investimento em marketing ocorra sem o risco de perda futura do ativo. Compreender o funcionamento do processo de registro junto ao **INPI** é fundamental para que a empresa opere com estabilidade e possa expandir sua presença no mercado sem impedimentos legais", comentou a empresária.

Com uma perspectiva voltada ao setor de inovação em saúde, Cláudio Duke, representante da BR-Chain, buscou no evento subsídios para fortalecer o posicionamento de sua startup em um segmento altamente competitivo. "O entendimento sobre patentes e registros de marca confere maior visibilidade e tranquilidade para o negócio. No nosso caso, que atuamos como uma health tech, a dúvida central era a possibilidade de registrar um software ou uma metodologia específica. Essas questões foram sanadas, o que é essencial, já que o nome e a **propriedade intelectual** trazem um peso significativo tanto para a reputação da empresa quanto para o valor do produto final", avaliou Duke.



Ao fim da atividade, Claudia Bonifácio, gestora dos projetos Brasília Conecta TIC e Sebrae Conecta Games, ressaltou que a iniciativa supre uma necessidade constante do setor tecnológico. Segundo ela, a **propriedade intelectual** é um tema complexo para micro e pequenos negócios. "Nosso objetivo foi transformar um conteúdo denso em orientações práticas. Queremos que o empresário proteja seus ativos, ganhe segurança jurídica e conquiste um posicionamento mais competitivo no mercado", concluiu.

-  
-